

## HISTÓRIA E MEMÓRIA DOCENTE: FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ESPECIALIZADOS NO ATENDIMENTO A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (1960- 1970)

Aline de Sousa Rosa

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (Brasil)

Endereço eletrônico: [aline.rosa@edu.ufes.br](mailto:aline.rosa@edu.ufes.br)

Mariana Saturnino de Paula

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (Brasil)

Endereço eletrônico: [marianasdepaula@gmail.com](mailto:marianasdepaula@gmail.com)

Cristian Douglas Ferrari de Melo

Universidade federal do Espírito Santo – UFES (Brasil)

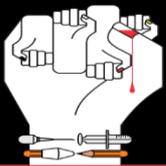
Endereço eletrônico: [dochris.ferrari@gmail.com](mailto:dochris.ferrari@gmail.com)

1546

### INTRODUÇÃO

O presente estudo<sup>1</sup> refere-se a história e memória docente das professoras de educação especial destinadas aos atendimentos dos alunos com deficiência visual no estado do espírito santo entre os anos de 1960 a 2010, objetivando compreender como ocorreu o processo de escolarização dos alunos com baixa visão e cegueira ao longo do recorte histórico estabelecido, permeando entender as interfaces desse processo, como esses alunos chegaram à escola, quem eram as professoras responsáveis pelo atendimento especializado, como era este atendimento, quais legislações embasam as práticas educativas das professoras, como ocorria as formações continuadas e em que perspectiva e como se dava as relações de trabalho docente e suas condições. A ausência de produções científicas que contribuam com a reconstrução dessa história justifica este estudo (MELO, 2016), bem como, a necessidade de dar voz às memórias docentes, visto que, as professoras foram protagonistas ativas na construção de uma educação destinada ao público em questão pautada na perspectiva inclusiva, juntamente com a importância das pessoas com deficiência conhecerem sua própria história. Portanto, o problema de estudo consolida-se no seguinte questionamento: quem são essas

<sup>1</sup> O presente estudo refere-se aos resultados de dois subprojetos de iniciação científica, 2020 a 2021 e 2021 a 2022 respectivamente, ambos coordenados pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Deficiência Visual e Cão-Guia.



professoras, como se tornaram responsáveis pelo atendimento aos alunos com deficiência visual e quais suas condições de trabalho.

## METODOLOGIA

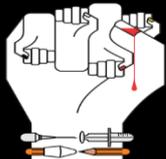
Por se tratar de um estudo que visa o estudo de aspectos humanos, considerando seus contextos históricos, sociais e políticos, esta pesquisa se enquadra numa abordagem qualitativa, e devido sua subjetividade, possui um caráter historiográfico utilizando como técnica de pesquisa a confrontação de fontes historiográficas levantadas por estudos anteriores na Secretaria de Educação do Espírito Santo, na Hemeroteca, no Conselho Estadual de Educação e na Assembleia Legislativa do Espírito Santo visando complementar as informações obtidas por meio de entrevistas de História Oral com 21 professoras pioneiras no atendimento aos alunos com deficiência visual atuantes dentro do recorte histórico estabelecido pela pesquisa. Isto porque

A entrevista de História Oral permite também recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outras naturezas: acontecimentos pouco esclarecidos, ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares, etc. (ALBERTI, p.22, 2004).

Além disso, a combinação da investigação da legislação norteadora pelas entrevistas efetuadas com “[...]Figuras de relação destacada com o tema” (ALBERTI, p. 85, 2004), ou seja, importantes atores sociais do processo de construção da educação especial, sendo esses, os professores que atuaram diretamente nesse processo, tornou possível a extração dos significados presentes nas experiências dos entrevistados a fim de ajudar na compreensão do problema da pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Partir da análise dos dados obtidos por meio das fontes orais e escritas, verificou-se que as docentes entrevistadas foram sujeitos de suma importância para o processo de escolarização dos alunos com deficiência, por meio de iniciativa própria, inscreveram-se nos primeiros cursos destinados ao atendimento de alunos com deficiência visual, em razão de na década de 1960, o governo do estado do Espírito Santo ainda não ofertava cursos e capacitações na referida área, impossibilitando que



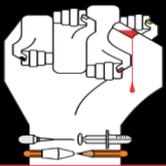
ocorresse a escolarização do público em questão por profissionais especializados, conforme aponta a entrevista da professora Eva ao explicar que, foi inserida no processo de torna-se docente especializada através do preenchimento de um formulário “ao acaso” disponível na secretaria de educação (professora EVA, p. 02,s-d), iniciando seu curso no estado de São Paulo em 1967. O contexto nacional da época apontava para a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1961, responsável por advogar que “Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que fôr possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.” (BRASIL, p. 10, 1961). Nesse sentido, havia brechas estabelecidas na legislação no que tange a inclusão efetiva de alunos Público-Alvo da Educação Especial na sala de aula regular. No entanto, apesar desta contradição presente na documentação legal educacional, nota-se novamente o protagonismo das docentes na garantia de direitos à pessoa com deficiência visual, visto que, estas realizavam um trabalho de busca ativa em relação a crianças cegas ou com baixa visão e as levavam à escola. Algumas famílias aceitaram, outras impunham dificuldades, seja por desconhecimento ou por questões econômicas:

1548

Professora Noemi: Uma questão que a deixava muito triste é quando as famílias acham que os alunos com deficiência visual eram incapazes. tinha alguns alunos que as famílias apoiavam e ajudavam muito, mas outras que a família bloqueava o aluno de desenvolver o seu potencial e isso me angustiava muito. Tem um aluno que tenho contato até hoje e o mesmo ainda se queixa dessa situação, que hoje a mãe reconhece o equívoco. (Professora NOEMI, p. 04, 2018).

Ainda mais, a captação de novas professoras para o exercício da educação especial se deu por meio de convites realizados pela professora Eva. Essa ação possibilitou que houvesse o alargamento do quantitativo de profissionais destinados a deficiência visual no estado do ES. Estabeleceu-se, portanto, uma rede potente de diálogo e trocas de experiências, onde foi possível a partilha de cursos ofertados majoritariamente pela Campanha Nacional de Cegos e pela Fundação Dorina Nowill em outros estados brasileiros.

Partindo deste contexto social e político, já no início da década de 1970 observa-se que o governo do estado de ES começa a promover cursos de formação continuada, bem como, a discutir acerca do currículo da formação inicial de professores, de acordo com o o Parecer N. 106\1970 CEE-ES sobre formação inicial, o Parecer N. 144\1974



sobre currículo de curso de treinamento de professores para a educação de excepcionais (área deficiência mental), e os Pareceres N. 47\75 e 53\1975 sobre aprovação do Plano de Curso de Treinamento de Pessoal Docente Especializado para Educação Especial. É neste cenário que a primeira geração de professoras especializadas se tornam também agentes formadoras de outras docentes, contribuindo para a expansão e continuidade do atendimento realizado até o momento. Nesta perspectiva, em relação ao questionamento quem educa o educador, pode-se afirmar que inicialmente os cursos de formação sobre deficiência visual ofertada em outros estados da federação como Bahia, Belém do Pará e em São Paulo (Professora EVA, p. 05, 2017), e posteriormente as próprias professoras assumem também a função de socialização do saber adquirido com outras docentes do estado do ES, até a escassez dos da oferta de cursos que inicia-se na década de 1990. A partir desta década, por conta da municipalização do ensino, a formação da Educação Especial ficou pulverizada no estado. Nesse ponto, Lopes e Melo (2021), coadunam com as entrevistas ao afirmarem que a Campanha Nacional de Cegos atuou contribuindo com a educação de cegos no Brasil, por meio de sua profissionalização e do treinamento de professores para o uso e ensino do sistema Braille, “Sendo assim, a entrada nesses cursos se apresenta inicialmente como porta de acesso ao trabalho com alunos com deficiência Visual” (ROSA, MELO, p. 185, 2021).

1549

## CONCLUSÕES

É de certo afirmar que as docentes entrevistadas assumem a postura de intelectual orgânico, sendo responsáveis não somente inserção dos alunos na sala de aula, mas também pelo seu processo de escolarização pautada na perspectiva da inclusão, e da participação de cursos de formação, contribuindo para a disseminação das práticas pedagógicas destinadas ao público em questão. Dessa forma, as professoras atuantes na respectiva área também eram influenciadoras das políticas públicas educacionais destinadas ao processo de escolarização dos alunos com deficiência visual. Salienta-se a importância da memória docente na reconstrução da história da educação das pessoas com deficiência visual no estado do Espírito Santo.

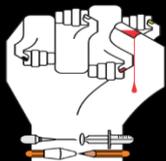
**PALAVRAS CHAVE:** História e Memória Docente. Formação de Professores. Deficiência Visual.

Realização:



Apoio:





## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Ouvir contar – Textos em História Oral

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB n° 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Espírito Santo). Parecer n° 106, de 26 de outubro de 1970. Vitória.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Espírito Santo). Parecer n° 144, de 12 de dezembro de 1974.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Espírito Santo). Parecer n° 47, de 19 de maio de 1975.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Espírito Santo). Parecer n° 53, de 21 de maio de 1975.

VIEIRA, G. L. MELO, D. C. F. As conquistas da campanha nacional de educação dos cegos entre o período de 1960 a 1970. Anais do 1. Congresso Nacional de Educação de Pessoas com Deficiência Visual. Org. Douglas Christian Ferrari de Melo. Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021. 208 p.

MELO, D. C. F. Entre a luta e o direito: as políticas públicas de inclusão escolar de pessoas com deficiência visual. 2016. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

PROFESSORA EVA. Entrevista concedida a Christian Douglas Ferrari de Melo e Almeida Coutinho Boniatti. Vitória, 9 de agosto de 2017.

PROFESSORA NOEMI. Entrevista concedida a Douglas Christian Ferrari de Melo e Arneida Coutinho, 25 de julho de 2018.

ROSA, A. S. MELO, D. C. F. Políticas de formação de professores oriundas do CEE-ES nos anos de 1960 a 1970. Anais do 1. Congresso Nacional de Educação de Pessoas com Deficiência Visual. Org. Douglas Christian Ferrari de Melo. Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021. 208 p.

1550